

## ATA DA 63ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos treze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, em ambiente web, por meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros: **representantes da sociedade civil:** Ana Ludvig, representante titular (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Maria Del Carmen, representante titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Maria Lúcia Haygert, representante suplente (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Ricardo Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SC), Celina Duarte Rinaldi, representante titular (Instituto Gentes de Direitos – IGENTES), Rosemeri Prado (Federação dos Trabalhadores no Comércio no estado de Santa Catarina – FECESC), Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece Arte e Política LGBTI+), Nasser Haidar Barbosa (Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz) e **representantes governamentais:** Fernanda Zimmermann, representante titular (Secretaria de Estado da Educação – SED), Marcos Leandro, representante suplente (Secretaria de Estado da Educação – SED), Débora Nunes Barbosa, representante suplente (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS), Cláudio Gama (Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC) e **como convidados (as):** Sara Santos, estagiária da Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos – GEMDH). A **plenária é aberta (1)** pelo presidente Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece) que cumprimentou e agradeceu a presença de todos (as), e deu início a **leitura da pauta para aprovação (3)**, uma vez ter sido feito o **levantamento de quórum (2)** antes de começar a reunião. Foi sugerida a inclusão de mais um ponto sobre a **proposta de formação para conselheiros (as) tutelares**. E cancelado o ponto de pauta (5) sobre formação de conselheiros (as) por impossibilidade de participação da conselheira Luzia Cabreira (IGENTES). A pauta é então aprovada por unanimidade. Quanto às **justificativas de ausências (4)**, a Secretaria comunicou as justificativas dos conselheiros (as): Lucilene Binsfeld (CUT-SC), Isadora Conversano (Cáritas), Maicon de Medeiros (SDS). Todas aprovadas. Cancelado o ponto (5) foi iniciado o **ponto (6)** de pauta sobre **denúncia de racionamento e falta de medicações antirretrovirais no Sistema Único de Saúde em Santa Catarina**. O presidente relatou ter recebido denúncia sobre o racionamento e a falta de medicamentos antirretrovirais por usuários, no Sistema Único de Saúde em Florianópolis. Fabrício (Acontece) explicou que durante a pandemia a entidade Acontece Arte e Política LGBTI+ realizou um trabalho intenso no município de Florianópolis em relação às medicações, e conseguiu a dilação do prazo dessas por 120 (cento e vinte) dias, sendo de 90 (noventa) dias, em geral, o prazo, nos demais estados. Fabrício (Acontece) mencionou ter recebido do departamento de doenças de condições crônicas e infecções (DCCI), do Ministério da Saúde, Nota Técnica, no mês de setembro, comunicando acerca da falta de determinadas medicações e que seria diminuída a porcentagem de entrega para o usuário, porém na semana seguinte a situação seria normalizada. O presidente comentou que logo após, foi encaminhado novo documento comunicando que a situação não teria sido regularizada e não havia previsão de prazo para tal. O presidente explicou ser uma grande preocupação do movimento HIV/AIDS e militantes, a substituição obrigatória de medicamentos, devido a sua falta, sendo que esta ação somente deveria acontecer nos casos em que a medicação não estivesse mais fazendo seus efeitos. **Encaminhamentos: Recomendação para as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde e Ministério da Saúde, (com cópia para o Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH). Pedido de abertura de procedimento investigatório ao Ministério Público Federal (MPF)**

55 **e Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).** A conselheira Maria Lúcia  
56 Haygert (IMDH-UFSC) sugeriu que fossem solicitados os medicamentos para  
57 tratamento de doenças crônicas de forma geral, principalmente os antirretrovirais.  
58 O conselheiro Cláudio Gama (SCC) explicou que existe uma gerência regional do  
59 Ministério da Saúde em Santa Catarina e que na dúvida poderia ser encaminhado  
60 a este órgão. Aprovado a emissão do documento foi iniciado o **ponto (7)** de pauta  
61 sobre as **Conferências Municipais e Estaduais do CEDH-SC** para construção  
62 do Plano Estadual de Direitos Humanos. O presidente explicou que a intenção do  
63 Conselho seria aprovar essas Conferências, sendo 5 (cinco) municipais e 1 (uma)  
64 estadual para a construção de Plano Estadual de Direitos Humanos. A Secretária  
65 do Conselho explicou que o início de uma Conferência se dá a partir do  
66 chamamento do Conselho Nacional com a indicação dos eixos norteadores e  
67 comunicou que o orçamento para tal teria sido feito com o auxílio do presidente  
68 Fabrício (Acontece) prevendo essas Conferências, Diárias e Passagens. A  
69 conselheira Débora Nunes Barbosa cumprimentou a todos (as), se apresentou  
70 como Gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos e conselheira  
71 suplente do conselheiro Maicon de Medeiros (SDS). Débora (SDS) disse não ter  
72 experiência com Conferências de Direitos Humanos, porém, comumente as  
73 Conferências partem do Conselho Nacional com os eixos norteadores, e a partir  
74 daí acontecem as Conferências Estaduais e Municipais. A Gerente comentou ter  
75 lembrança de ter sido feita uma pesquisa, na época, com o Conselho Estadual  
76 dos Direitos da Mulher (CEDIM) que teria experiência com Conferências para  
77 obter uma estimativa do valor das Conferências. Para os conselheiros Ricardo  
78 Maes (CUT-SC) e Maria (IMDH-UFSC) deveria ser pensado num segundo plano  
79 para a efetivação das Conferências Regionais de forma a garantir a realização  
80 dessas, caso não seja feito o empenho. O conselheiro Cláudio (SCC) comentou  
81 ter experiência com a organização Conferência Estadual da Mulher, no ano de  
82 2015, e explicou que os municípios acabaram se agrupando em associações de  
83 municípios para participar das Conferências Regionais, com exceção dos grandes  
84 municípios. As 5 (cinco) Conferências Regionais e 1 (uma) Estadual, para a  
85 construção do Plano Estadual de Direitos Humanos em Santa Catarina, foram  
86 **aprovadas por unanimidade.** Fabrício (Acontece) sugeriu que a  
87 operacionalização fosse discutida na Comissão específica. Aprovadas as  
88 Conferências foi iniciado o **ponto (8)** de pauta sobre o **Encontro da Região Sul**  
89 **de Direitos Humanos.** O presidente mencionou ter entrado em contato com a  
90 Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) para a realização desse  
91 encontro com datas previstas para os dias 25, 26 e 27 de novembro. Segundo  
92 Fabrício (Acontece), houve um entrave com relação às datas pela Escola do  
93 Legislativo da ALESC, sendo revistas as datas para os dias 15 e 16 de dezembro  
94 ou para março de 2023. O presidente comunicou que estaria para acontecer nova  
95 reunião com os conselhos do Paraná e Rio Grande do Sul para a determinação  
96 da nova data e informou que o evento já teria um escopo da composição da Mesa  
97 com a participação de movimentos sociais e autoridades como: Ministério Público,  
98 Defensoria Pública, Gerências de Políticas Públicas e, por fim, se comprometeu a  
99 compartilhar o documento no grupo para contribuições. O conselheiro Ricardo  
100 Maes (CUT-SC) indagou se o entrave seria quanto ao espaço físico. Fabrício  
101 (Acontece) relatou que o problema não seria o espaço físico, mas garantir as  
102 diárias e hospedagem. O presidente comentou que a gerência (SDS) não teria  
103 garantido nenhum dos pedidos solicitados para o evento, que a princípio  
104 aconteceria nas datas de 25, 26 e 27 de novembro. Para as conselheiras Celina  
105 (IGENTES) e Maria Del Carmen (IMDH) seria importante garantir as datas para  
106 este ano. Aberta a votação, ficaram **deliberadas as datas 15 e 16 de dezembro.**  
107 Quanto às **plenárias presenciais (9)** o presidente lembrou ter sido acordado  
108 anteriormente que a partir de novembro as plenárias seriam presenciais. A  
109 secretária do conselho lembrou aos conselheiros (as) que optarem pela

110 participação presencial e precisarem de diárias e passagens para fazerem  
111 pesquisa de empresa de transporte rodoviário (viação) e que iria encaminhar  
112 algumas orientações quanto aos pedidos de diárias e passagens. Fabrício  
113 (Acontece) explicou que a plenária de dezembro seria inclusa no primeiro dia do  
114 Encontro da Rede Regional Sul na ALESC e a, de novembro seria realizada na  
115 SDS. Dando continuidade a reunião foi iniciado o **ponto (10) ações para o**  
116 **dezembro mês comemorativo de Direitos Humanos**. O presidente sugeriu que  
117 as ações para o mês de dezembro fossem inseridas no Encontro discutido no  
118 ponto anterior, assim como a finalização do Relatório de Atividades Anuais do  
119 CEDH para apresentar no final do ano. Dando prosseguimento a reunião foi  
120 introduzido o **ponto (11)** da pauta sobre a **atuação na Assembleia Legislativa**  
121 **de Santa Catarina (ALESC) em defesa dos Direitos Humanos**. Fabrício  
122 (Acontece) disse ter solicitado esse ponto de pauta porque está preocupado com  
123 relação à Comissão Parlamentar de Inquérito **(CPI) do Aborto**. Celina (IGENTES)  
124 indagou sobre a situação em que se encontrava o assunto. O presidente disse  
125 que a referida CPI foi aprovada com 21 (vinte e uma) assinaturas e que, segundo  
126 informação obtida, o presidente da ALESC iria iniciar os trabalhos para o final das  
127 eleições. A vice-presidente Celina (IGENTES) sugeriu criar um observatório com  
128 participação do Movimento Nacional de Direitos Humanos e do Conselho  
129 Nacional de Direitos Humanos. O conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) propôs  
130 diálogo com o CNDH e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM),  
131 devendo observar e atuar pontualmente quando ficar evidente que a CPI  
132 extrapole os limites, e viole os preceitos do Plano Nacional de Direitos Humanos  
133 (PNDH), das Convenções e das Políticas de Direitos Humanos. O conselheiro  
134 Nasser (CDH Maria da Graça Braz) perguntou como estaria a composição da  
135 CPI, quanto a relatoria, presidente e quanto a importância da luta pela  
136 participação presencial do CEDH nessa CPI. O conselheiro Cláudio Gama (SCC)  
137 sugeriu garantir a participação do CEDH através das audiências públicas. Fabrício  
138 (Acontece) manifestou-se favorável as idéias colocadas, porém expôs que não  
139 saberia como operacionalizar. A professora Maria Del Carmen (IMDH-UFSC)  
140 explicou que para a criação do observatório precisaria ser elaborado um projeto  
141 com objetivos e resultados (relatório). A conselheira falou da importância dos  
142 trabalhos do observatório, com perspectivas políticas e teóricas, sendo necessário  
143 se organizar formalmente, principalmente, se a intenção for convidar organismos  
144 internacionais. A vice-presidente Celina (IGENTES) mencionou algumas  
145 entidades, como Conselho Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional  
146 de Direitos Humanos, Marcha Mundial de Mulheres, que poderiam ser convidadas  
147 e sugeriu como organizadora dessa proposta a professora Maria Del Carmen  
148 (IMDH-UFSC). O conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) compartilhou na reunião os  
149 nomes dos membros da CPI em questão e na sequência propôs uma conversa  
150 com o deputado Fabiano da Luz, na segunda-feira da semana seguinte a essa  
151 plenária, em virtude da brevidade da data do início dos trabalhos da CPI, 18 de  
152 outubro de 2022 em caráter sigiloso. O conselheiro Nasser (CDH Maria da Graça  
153 Braz) mencionou ser importante garantir a participação do CEDH para  
154 acompanhamento da CPI, revelando sua preocupação em relação aos resultados  
155 do depoimento da equipe de saúde, e ter conversa com o CEDIM. Ricardo Maes  
156 (CUT-SC) expôs sua preocupação em relação a assistência jurídica adequada  
157 aos profissionais de saúde, no âmbito de garantir a preservação dos direitos  
158 individuais difusos. Por fim, a professora Maria Del Carmen (IMDH-UFSC) relatou  
159 que seria importante montar um dossiê dos antecedentes, iria juntando aos  
160 poucos documentos, pois seria um trabalho a longo prazo. Em sua opinião o  
161 observatório não iria adiante pelo intenso grau de sigilo, mas, o importante seria  
162 não abandonar a causa. **Encaminhamento: Professora Maria ficou**  
163 **responsável por organizar o observatório com auxílio de demais**  
164 **conselheiros, Fabrício (Acontece) e Ricardo Maes (CUT-SC) ficariam**

165 **responsáveis por tentativa de conversa com o deputado Fabiano da Luz.**  
166 Finalizado o ponto de pauta, o presidente Fabrício (Acontece) precisou se  
167 ausentar e agradeceu a presença de todos. Prosseguindo a reunião foi iniciado o  
168 **ponto (12) devolutiva das ações da última plenária.** A Secretária do conselho  
169 mencionou a reunião no dia 13 de setembro entre o presidente Fabrício  
170 (Acontece) e o Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes (CEPA)  
171 porém ficaria em aberto para a próxima plenária devido a ausência do presidente.  
172 A segunda devolutiva seria quanto a reunião entre o presidente e a procuradora  
173 da Secretaria de Estado da Administração para tratar sobre o caso das  
174 substituições dos conselheiros da sociedade civil, resultando no encaminhamento  
175 de pedido de reconsideração ao Setor responsável (SEA/COJUR) para análise do  
176 pedido via Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico (SGPe). Quanto a reunião  
177 do dia 22 de setembro entre as coordenações das ocupações de Florianópolis e  
178 Palhoça e Secretarias Municipais, Estaduais, Secretaria Executiva de  
179 Saneamento da Palhoça (SAMAE), Companhia Catarinense de Água e  
180 Saneamento (CASAN), sem representantes das ocupações do município de São  
181 José, foram apresentadas as suas respectivas demandas porém sem nenhum  
182 encaminhamento em virtude da ausência de alguns representantes ao longo da  
183 reunião por conta de outros compromissos assumidos. A secretaria mencionou  
184 conversa com o presidente Fabrício (Acontece) e sugeriu a criação de um Grupo  
185 de Trabalho com as pessoas envolvidas. A vice-presidente Celina (IGENTES)  
186 mencionou sobre fato que a impossibilitou de estar presente no dia da reunião e  
187 relatou que no dia 08 de novembro seria realizada uma audiência pública na  
188 ALESC, provavelmente com a presença de todos que estiveram presentes nessa  
189 reunião, sendo uma grande oportunidade de ser levada essa proposta de criação  
190 de um Grupo de Trabalho Permanente, de modo a garantir ser feito um trabalho  
191 continuado. A última devolutiva foi quanto a reunião do dia 11 de outubro entre a  
192 representante da Associação Catarinense de Conselheiros (as) Tutelares (ACCT),  
193 representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente  
194 (CEDCA), do CEDH e ausência da representante da Federação Catarinense de  
195 Municípios (FECAM) devido a compromisso assumido de última hora. Essa  
196 reunião teve como pauta propor aprimoramento na grade dos cursos de formação  
197 de conselheiros (as) tutelares, com foco em temas relativos a Direitos Humanos.  
198 Como resultado dessa conversa foi indicado solicitar formalmente ao Ministério  
199 Público de Santa Catarina (MPSC) a inclusão de representante do CEDH-SC em  
200 grupo de trabalho já existente que trata de temas afins. Por fim, a Secretária  
201 informou sobre a reunião que aconteceria no dia 26 de outubro que daria  
202 continuidade aos trabalhos na Implementação do Mecanismo e do Comitê de  
203 Prevenção e Combate à Tortura em Santa Catarina. Encerrado este ponto foi  
204 iniciado o **ponto (13) acerca da proposta de formação de conselheiros**  
205 **tutelares pelo IMDH.** A conselheira Maria Del Carmen (IMDH-UFSC) explicou  
206 que esse ponto de pauta foi solicitado pela sua suplente, a professora Lúcia  
207 Haygert (IMDH-UFSC) que por sua vez teria conversado com a professora do  
208 Instituto, professora Juliana Viggiano sobre essa proposta. Como não havia  
209 conversado com ambas, solicitou que ficasse para discussão na próxima plenária.  
210 A secretária do conselho explicou que a professora Juliana teria participado da  
211 reunião do dia 11 de outubro que teve como pauta a questão da proposta de  
212 aprimoramento da grade dos cursos de formação de conselheiros (as) tutelares e  
213 a mesma teria colocado o IMDH à disposição para contribuir na elaboração desse  
214 curso. Finalizado esse ponto foram iniciados os **informes gerais (14).** O  
215 conselheiro Cláudio Gama (SCC) informou que o CEDH recebeu convite do  
216 município de Águas Mornas solicitando que o Conselho indicasse uma pessoa  
217 para realização de palestra sobre Direitos Humanos e seu nome teria sido  
218 indicado. Continuou seu relato explicando que todos os recursos teriam sido  
219 adquiridos e as palestras aconteceriam por meio da Fundação ENA escola de

220 governo e estariam agendadas 4 (quatro) dessas. Segundo o conselheiro as  
221 apostilas e aulas estariam preparadas e por fim, solicitou aos conselheiros (as)  
222 que se credenciassem no sítio eletrônico da Fundação para ser palestrante e  
223 professor para atender aos municípios que viessem a solicitar tal serviço. Celina  
224 (IGENTES) agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a  
225 reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e  
226 juntamente a Fabrício, presidente do CEDH/SC assinamos.



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **8FH94U4K**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**FABRÍCIO BOGAS GASTALDI** (CPF: 362.XXX.798-XX) em 14/11/2022 às 17:47:08

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2021 - 16:43:35 e válido até 28/07/2121 - 16:43:35.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzhGSDk0VTRL> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **8FH94U4K** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.